



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Estrutura jurídica e objetivos institucionais

O Departamento Regional do Rio Grande do Sul, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI fundamenta-se como órgão administrativo com jurisdição neste mesmo Estado, subordinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, entidade de direito privado, administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, tendo por objetivos, conforme Regimento aprovado pelo Decreto n.º 494, de 10 de janeiro de 1962:

- Realizar a aprendizagem industrial;
- Assistir aos empregados na execução de programas de aperfeiçoamento de pessoal;
- Proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos a formação profissional, através de cursos de curta duração;
- Conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento;
- Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria.

O SENAI, em face dos seus objetivos sociais, é imune a impostos federais, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, art. 150, inciso VI, alínea “c”.

b) Fontes de recursos

Os recursos orçamentários do SENAI são originados de parcelas da contribuição compulsória das empresas industriais recolhidas à Receita Federal do Brasil - RFB e das parcelas da mesma contribuição arrecadadas diretamente pelo Departamento Regional por intermédio de um Termo de Cooperação Técnica e Financeira, bem como da prestação de serviços às comunidades onde atua, especialmente na sua formação educacional e tecnológica.

Dos recursos compulsórios totais são descontados 15% para a manutenção do Departamento Nacional e da contribuição arrecadada diretamente, mais 3,5% em favor da empresa contribuinte, com a finalidade de aplicação direta em aperfeiçoamento de seus funcionários, mediante comprovação. A parcela de 15% (quinze por cento) do valor da contribuição destinada ao Departamento Nacional não integra a receita orçamentária do Departamento Regional.

O desempenho dos recursos compulsórios nos últimos dois anos ocorreu conforme quadro abaixo.

Receitas de Contribuições	jan a dez-24	jan a dez-25	Variação	Orçado Retificado jan a dez 2025	Variação
	R\$	R\$	%	R\$	%
Contribuições Diretas	141.964.607,87	150.559.545,74	6,05%	154.913.399,48	97,19%
Contribuições Indiretas	136.353.414,27	149.426.272,14	9,59%	144.751.591,98	103,23%
TOTAL	278.318.021,94	299.985.817,88	7,79%	299.664.991,46	100,11%

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a lei 4320 de 17 de março de 1964, normas emanadas do Departamento Nacional - DN, Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno, Resolução CFC

2018/NBCTSP11 que aprovou a NBC TSP 11 e o MCASP, tendo sido aprovadas pela diretoria em 27 de janeiro de 2026. A seguir seguem as demonstrações e comparativos elaborados:

- a) **Balanco Patrimonial:** destina-se a demonstrar as contas que compõem o Ativo Circulante, o Ativo Não Circulante e as do Passivo Circulante, do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido, além de grupos intermediários de contas pendentes e transitórias;
- b) **Balanco Orçamentário:** Evidencia o confronto entre os valores previstos e realizados dos elementos de receitas e despesas, suas variações e o resultado apurado.
- c) **Balanco Financeiro:** para demonstrar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos disponíveis que se transferem de um para outro exercício;
- d) **Demonstração das Variações Patrimoniais:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício;
- e) **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Evidencia a geração de caixa ocorrida no período e as variações dos elementos de Ativo e Passivo;
- f) **Notas Explicativas:** São informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.
- g) **Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada:** Demonstra as receitas orçadas, as receitas arrecadadas e as diferenças entre ambas;
- h) **Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada:** Demonstra as despesas autorizadas, as despesas realizadas e as diferenças entre ambas.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de Ativos, Passivos, Receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e previsões são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da entidade nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 21 - Depreciação;
- Nota 19 – Contingências Judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

- Reconhecimento das Receitas e Despesas Orçamentárias:** É adotado o regime de competência para o reconhecimento das receitas oriundas da prestação de serviços educacionais bem como para as demais receitas, despesas e custos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- Contribuição Compulsória:** os créditos da arrecadação compulsória em atraso e parcelados estão reconhecidos em conta de resultado, com o fim de apresentação do montante a receber nas demonstrações contábeis. Os créditos em juízo e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Aplicações financeiras:** São mantidos por exigência Legal (art. 54 do Regimento aprovado pelo Decreto 494 de 10/01/1962), exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e incluem os rendimentos incorridos da data da aplicação até à do encerramento do exercício.
- Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** foi constituída em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando 100% dos créditos vencidos há mais de 180 dias, totalizando no circulante em 2025 R\$ 9.727.815,46 (R\$ 9.332.649,59 em 2024).



Para 2025, os créditos de arrecadação compulsória parcelados, vencidos e em cobrança judicial que compunham o circulante foram reclassificados para o longo prazo pela falta de expectativa de recebimento e, também teve constituída uma provisão de perdas, totalizando R\$ 4.116.535,65 (R\$ 4.140.984,45 em 2024).

Os créditos da arrecadação compulsória em juízo (notificações) e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa totalizando em 2025 o montante de R\$ 6.650.926,49 (R\$ 6.727.505,14 em 2024).

- e) **Investimentos:** São avaliados pelo custo de aquisição e no caso do fundo de reserva patrimonial do condomínio do qual é condômino, pelo valor residual proporcional a sua participação.
- f) **Imobilizado:** os bens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, mais o valor de reavaliação espontânea realizada em exercício passado; as depreciações são calculadas às taxas referidas na nota 21, estabelecidas em função do prazo de vida útil estimado desses bens.
- g) **Uso de Estimativa:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração.
- h) **Ativos e Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração:** São inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis após o reconhecimento inicial, se aplicáveis, cujos registros são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros incluem Caixa e equivalentes, aplicações financeiras e recursos a receber de qualquer natureza, já os passivos incluem contas a pagar a fornecedores, contribuições, convênios e demais contas correntes passivas.

4. INSS PATRONAL e PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTOS

O SENAI RS, em razão de suas particularidades legais e forma de atuação, ajuizou ação judicial para declarar, pela via judicial, a sua imunidade e ampla isenção fiscal em relação às contribuições patronais recolhidas à Seguridade Social, previstas no artigo 22, incisos I, II e III da lei nº 8.212/91 (patronal, RAT, contribuintes individuais e PIS).

A Justiça Federal da 1ª Região, em decisão do juiz da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, concedeu ao SENAI/RS, nos autos da ação Declaratória de Imunidade nº 1041544-33.2021.4.01.3400, a antecipação de tutela requerida, determinando a suspensão da exigibilidade das contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições

Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, inciso I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.

Com base nesta decisão a entidade deixou de recolher os tributos mencionados já a partir da competência 06/21, efetuando depósitos em juízo até o julgamento do mérito. Em 04/22 a Justiça Federal julgou procedente o pedido realizado pelo SENAI, declarando a inexistência de relação jurídica que obrigue a entidade ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais, e com base nesta decisão a entidade deixou inclusive de efetuar os depósitos judiciais.

Mesmo sendo está uma decisão de 1ª instância, que ainda cabe recursos, o Jurídico da entidade entende que a probabilidade de perda da causa, em instâncias superiores, com a reversão da decisão é remota, haja vista a ocorrência de decisões semelhantes em outros Estados da Federação. Por causa deste entendimento a entidade não registrou provisão de perda para este processo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos da entidade encontram-se aplicados da seguinte forma:

Caixa e Equivalentes	2025	2024
Caixa	38.029,08	33.651,58
Bancos conta movimento	31.932,27	29.758,79
Bancos conta Convenios e Acordos	1.022.828,86	454.572,96
Aplicações de liquidez imediata	101.540.864,89	62.921.039,68
Aplicações de curto e longo prazos	53.987.872,55	40.703.748,20
Total	156.621.527,65	104.142.771,21

Caixa com restrição se refere a valores recebidos de terceiros com uma destinação específica que precisam ser consumidos naquele objetivo ou devolvidos.

Do valor registrado no Caixa e Equivalentes em 2025 o saldo Sem Restrições ficou em R\$ 107.420.570,70 (R\$ 64.253.332,80 em 2024), o montante Com Restrições em 2025 ficou em R\$ 49.200.956,95 (R\$ 39.889.438,41 em 2024). A restrição se refere quanto a destinação do recurso pois são valores de terceiros em nosso poder para aplicação em ações específicas conforme termos de convênios firmados.

Os valores aplicados no Banco do Brasil e Caixa econômica federal tiveram os rendimentos acumulados conforme o quadro abaixo.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DE LONGO PRAZO COM LIQUIDEZ IMEDIATA

dez/2025

(1) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	(2) FUNDO DE INVESTIMENTOS	(3) SALDO APLICAÇÕES	(4) RENDIMENTOS	(5) RENDIMENTOS %	(6) META (CDI)	(7) ATINGIMENTO DA META %	(8) INDICES DE MERCADO	
							CDI	SELIC
BANCO DO BRASIL	BB ATENAS 10	12.815.067,52	164.938,79	0,8617	1,2199	70,84%	1,2199	1,2200
BANCO DO BRASIL	BB RF LP CORPORATE	23.371.617,36	246.256,71	1,2253	1,2199	100,44%	1,2199	1,2200
BANCO DO BRASIL	BB COMPARTILHADO	10.879.361,40	132.800,30	1,2357	1,2199	101,30%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA FICNI	6.545.631,71	75.630,14	1,1689	1,2199	95,82%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 101,5%	6.733.259,80	82.360,43	1,2382	1,2199	101,50%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 101%	4.161.782,31	50.657,28	1,2321	1,2199	101,00%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 100%	2.679.841,42	32.298,14	1,2199	1,2199	100,00%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 100,3%	2.880.782,61	34.823,45	1,2238	1,2199	100,30%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 100%	3.281.227,85	39.546,21	1,2199	1,2199	100,00%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA FI DIAMANTE CORP RF CP LP	24.074.907,88	294.343,66	1,2377	1,2199	101,46%	1,2199	1,2200
TOTAL	TODAS APLICAÇÕES	97.423.479,46	1.153.655,11	1,1863	1,2199	97,25%	1,2199	1,2200

6. CLIENTES

Corresponde a valores a receber de alunos e de empresas industriais, pela prestação de serviços educacionais e tecnológicos, bem como créditos de arrecadação direta em atraso e parcelados.

Descrição	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2024 Circulante	2024 Não Circulante
Serviços Prestados	4.154.442,18		3.513.907,67	
Parcelamento de Dívidas	1.458.023,02		1.461.082,39	
Serviços Educacionais	16.784.405,69		16.929.129,35	
Arrecadação Direta	875.702,22	7.243.915,93	1.397.803,11	7.896.007,78
Cartão de crédito	190.867,33		166.928,72	
Outros	-		-	
TOTAL	23.463.440,44	7.243.915,93	23.468.851,24	7.896.007,78
Provisão para perdas	(9.727.815,46)	(4.116.535,65)	(9.332.649,59)	(4.140.984,45)
Saldo Líquido de provisões	13.735.624,98	3.127.380,28	14.136.201,65	3.755.023,33

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Refere-se a adiantamentos de férias concedidos a empregados que estavam em gozo na data de encerramento do exercício.

8. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

São valores adiantados para a execução de despesas quando em viagens a serviço da organização.

9. DEPARTAMENTOS CONTA MOVIMENTO

São valores devidos por outros Departamentos Regionais e pelo Departamento Nacional do SENAI ao DR/RS referente valores gastos em seu nome e cobrados por AL (aviso de lançamento), bem como repasses pendentes do convênio DN PROGRAMA ROTA 2030.



Os valores devidos pelo DN referente a contribuição compulsória indireta de dezembro e 13º salário foram reclassificados para a rubrica RECEITAS A RECEBER no ativo circulante.

10. RECEITAS A RECEBER

Registra os valores devidos pelo DN do SENAI referente aos 85% que cabe ao DR da arrecadação da contribuição compulsória indireta do mês de dezembro e 13º salário, deduzidos das parcelas de 15% da arrecadação da contribuição compulsória direta do mês de novembro sobre pagamentos de parcelamentos e situações excepcionais de diferenças apuradas.

11. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

A conta registra o montante devido por entidades do Sistema Indústria/RS (CIERGS, e CONDOMÍNIO) ao SENAI por operações entre elas, como compartilhamento de gastos das áreas de apoio e cessão de mão-de-obra.

12. CONVÊNIOS E ACORDOS

Saldo de valor recebido do SEBRAE-RS para a execução de convênio em parceria cujas ações ocorrerão no exercício seguinte.

13. DEPÓSITOS EM GARANTIA

São valores pagos a título de caução em operações de contratos com clientes (CORSAN, Cia de Gás do ES) e de aquisição de Energia limpa (Matrix).

14. IMPOSTOS A RECUPERAR

São créditos a receber do FIES pelo financiamento de matrículas na faculdade do SENAI, a ser compensados nas guias de recolhimento do INSS (parcela dos empregados).

15. ESTOQUE DE MATERIAIS

Refere-se a valores pagos adiantadamente em processos de importações de máquinas e equipamentos.

16. VALORES A APROPRIAR

Corresponde a valores pagos ao Condomínio do Complexo Administrativo do Sistema FIERGS a título de Fundo de Reserva e que ainda não tiveram destinação.

17. DESPESAS ANTECIPADAS

São valores pagos antecipadamente por prêmios de seguros e licenciamento de uso de softwares cuja vigência ultrapassa o exercício de 2025.

18. CLIENTES (Longo Prazo)

São créditos de parcelamentos de arrecadação direta cujos vencimentos excedem a data de 31/12/2025, juntamente com créditos da mesma origem, vencidos e em cobrança judicial, já líquidos de provisão de perda. (PCLD 2025 R\$ 4.116.535,65 - 2024 R\$ 4.140.984,45)

19. DEPÓSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS

Referem-se a processos decorrentes da Justiça do Trabalho, bem como do processo de INSS Patronal e Pis s/folha conforme mencionado na nota 4.

Espécie	2025	2024
Reclamações trabalhistas	3.465.812,33	4.524.895,31
Outros	121.898,62	121.898,62
Contribuição Patronal INSS e PIS	17.685.424,71	17.685.424,71
Total	21.273.135,66	22.332.218,64

20. INVESTIMENTOS

Corresponde à participação do SENAI no fundo de reserva patrimonial composto pelo patrimônio do Condomínio do Complexo Administrativo do Sistema FIERGS, do qual é condômino.

21. IMOBILIZADO

- Os bens das entidades são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil do bem.
- A utilização destas taxas obedece a Resolução do Conselho do SENAI, que determina a aplicação destas taxas a todos os Departamentos Regionais do SENAI.
- Não houve mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, métodos e taxas utilizadas.

As contas, saldos e taxas de depreciação do imobilizado estão demonstradas a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO 2025 - VALORES EM R\$								
Contas	Taxa	Vida útil	2024	Aquisições	Baixas	Transferência	Doações/Ajustes	2025
TERRENOS	-		12.517.114,32	-	(100.021,26)			12.417.093,06
PRÉDIOS	2%	50	180.770.024,83		(616.829,23)	30.053.614,07		210.206.809,67
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	-		37.522.544,73	14.930.950,10		(37.292.092,02)	18.852,88	15.180.255,69
INSTALAÇÕES	10%	10	24.934.315,36		(97.392,78)	4.513.248,27		29.350.170,85
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	10%	10	40.358.595,80		-	2.809.199,68		43.167.795,48
			296.102.595,04	14.930.950,10	(814.243,27)	83.970,00	18.852,88	310.322.124,75
(-) Depreciação Acumulada			(60.226.423,22)	(5.088.866,33)	475.538,48	-	-	(64.839.751,07)
			235.876.171,82	9.842.083,77	(338.704,79)	83.970,00	18.852,88	245.482.373,68
VEICULOS	10%	10	22.712.126,22	3.434.063,40	(1.581.570,21)			24.564.619,41
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GE	10%	10	247.230.453,92	14.733.383,50	(29.600,58)			261.934.236,84
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20%	5	62.428.379,55	39.631.173,23	(9.998.694,80)	(83.970,00)	26.603,96	92.003.491,94
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10%	10	318.577,36	10.245.870,00	(12.163.944,15)		32.581,70	(1.566.915,09)
OUTROS BENS MOVEIS	20%	5	1.193.529,82	70.298,12	(52.029,00)			1.211.798,94
BENS DE TERCEIROS	10%	10	46.200,00	-	(113.525,82)			(67.325,82)
DEPRECIACAO E AMORTIZACAO ACUN	10%	10	308.116.253,07	-	-			308.116.253,07
			642.045.519,94	68.114.788,25	(23.939.364,56)	(83.970,00)	59.185,66	686.196.159,29
(-) Depreciação Acumulada			(11.789.980,66)	(24.276.726,70)	22.180.255,44			(13.886.451,92)
Total Bruto			938.148.114,98	83.045.738,35	(24.753.607,83)	-	78.038,54	996.518.284,04
Depreciação			(72.016.403,88)	(29.365.593,03)	22.655.793,92	-	-	(78.726.202,99)
Total Líquido			866.131.711,10	53.680.145,32	(2.097.813,91)	-	78.038,54	917.792.081,05

Redução ao valor recuperável

Em atendimento a lei 6404/76, alterada pela lei 11638/07, a NBC TG 01, ao ITG 2002 e a NBC TG 1000 no que se refere a **redução ao valor recuperável de ativos**, entende-se que a entidade deve efetuar periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível a fim de que sejam:

I – Registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – Revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Considerando a ITG 2002 como regramento base para o SENAI, verificamos no seu parágrafo 20, abaixo, a seguinte orientação:

20. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

A Seção 27 da NBC TG 1000, transcrita abaixo, orienta da seguinte forma:

Outros ativos, exceto estoques.

Princípios gerais

27.5 Se, e apenas se, o valor recuperável do ativo for menor que seu valor contábil, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo para seu valor recuperável. Essa redução é uma perda por desvalorização. Os itens 27.11 a 27.20 fornecem orientações sobre a mensuração do valor recuperável.

Indicadores de desvalorização

27.7 A entidade deve avaliar em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável.

27.9 Ao avaliar se existe qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

(b) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

(c) As taxas de juros de mercado ou as outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetam materialmente a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de ativo e diminuem o valor justo menos as despesas para vender o ativo.

(d) O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).

Fontes internas de informação

(e) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.

(f) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram no futuro próximo, na medida ou na maneira em que um ativo é utilizado ou espera-se que seja utilizado. Essas mudanças incluem: o ativo tornar-se inativo, planos para descontinuar ou reestruturar a operação na qual o ativo pertence, planos para alienar o ativo antes da data previamente esperada e revisão da vida útil do ativo como definida ao invés de indefinida.

(g) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de ativo é, ou será pior, que o esperado. Nesse contexto, o desempenho econômico inclui os resultados operacionais e os fluxos de caixa.

27.10 Se existir indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a entidade deveria revisar a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização) ou o valor residual do ativo e ajustá-lo de acordo com a seção desta Norma que seja aplicável ao ativo (por exemplo, a Seção 17 – Ativo Imobilizado e a Seção 18 – Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill)), mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

Visando atender as normas acima, procedemos análise dos ativos da entidade a fim de identificar indicadores de desvalorização apontados por fontes internas e externas de informação, como segue:

Ativos

Relacionamos na tabela abaixo as contas do ativo permanente, que foram objeto da nossa análise:

Contas	Taxa	Vida útil	R\$ / Valor Bruto	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	R\$ / Valor Líquido
Bens Imóveis					
Prédios	2%	50	210.206.809,67	(51.258.181,94)	158.948.627,73
Instalações	10%	10	29.350.170,85	(6.335.756,71)	23.014.414,14
Benf. em Imóveis de Terceiros	10%	10	43.167.795,48	(7.245.812,42)	35.921.983,06
Bens Móveis					
Mobiliário em Geral	10%	10	24.071.152,45	(12.199.116,16)	11.872.036,29
Veículos	20%	5	37.415.909,14	(21.355.384,02)	16.060.525,12
Equip. Máquinas e Aparelhos	10%	10	276.805.566,31	(178.385.694,86)	98.419.871,45
Equip. de Informática	20%	5	60.542.887,10	(36.921.870,53)	23.621.016,57
Equip. de Comunicação	10%	10	336.846,48	(100.624,69)	236.221,79
Outros Bens Móveis	10%	10	1.033.804,00	(1.023.610,85)	10.193,15
Total			682.930.941,48	(314.826.052,18)	368.104.889,30

Resultado das Análises

- A maioria dos ativos analisados são compostos por diversos itens de valores residuais baixos, (mobiliários, veículos, equipamentos de comunicação e outros), desta forma focamos nossa análise nas contas de prédios, máquinas e equipamentos, e equipamentos de informática, cujos saldos são mais relevantes e nos principais itens que as compõem;
- Identificamos na conta que registra o saldo de prédios, que em função das constantes obras de reformas, ampliações e adaptações para acessibilidade, PPCI e licenciamento ambiental, ocorridas nos últimos anos, os valores residuais foram atualizados e não houve outros fatores que pudessem diminuir sensivelmente o valor destes ativos. Em todas as avaliações de mercado feitas ao longo do ano, por empresas especializadas, os valores de mercado superaram os valores residuais.
- Nas contas que registram o saldo de máquinas e equipamentos, e de equipamentos de informática, verificamos que por estarem mais de 50% depreciados, os bens não possuem saldo residual superior ao valor de mercado.

- Não identificamos situações de obsolescência ou dano físico nos ativos, nem tampouco redução do valor de mercado mais do que o esperado pelo uso, principalmente porque a entidade adota política de efetuar inventários anuais de 100% dos bens e de dar baixas em todos os itens nesta situação;
- Os ativos registrados encontram-se em pleno funcionamento/utilização atendendo as funções a que se destinam dentro das operações normais da Entidade.
- Não identificamos mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal em que a entidade atua ou utiliza o ativo.
- Não ocorreram mudanças significativas na forma como os ativos são utilizados. Ativos inativos são baixados, leiloados ou destinados.
- Não se identificou quaisquer evidências de que os ativos em questão sofreram redução de seu desempenho econômico.
- Nenhuma mudança significativa nas taxas de juros do mercado foi identificada.
- O valor contábil dos ativos líquidos, não é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo, haja vista que a entidade gera receitas anuais em montantes iguais ou superiores ao valor de seus ativos.
- O resultado da Entidade demonstra que os investimentos nos ativos analisados estão sendo recuperados, pois verificamos a ocorrência de superávit no presente exercício; vide as suas demonstrações contábeis;
- A entidade possui regras estabelecidas para todas as etapas da gestão patrimonial (aquisições, baixas, transferências e inventários), inclusive de substituição do parque de TI.

Relação dos Ativos

No sistema de controle patrimonial da entidade encontra-se a listagem dos principais itens que compõem os ativos objeto da análise, com todas as informações necessárias para a análise.

Fontes

Para fins da análise obtivemos as informações das fontes:

- Reuniões internas;
- Relatórios de inventários realizados;
- Processos de baixa apresentados aos conselheiros;
- Atas das reuniões do Conselho Regional;

- Relatório analítico do Sistema de Controle Patrimonial;
- Relação dos valores investidos nos últimos anos;
- Política de investimentos;
- Balanço Patrimonial;
- Consultas na Internet.

Conclusão

Pelas análises efetuadas não apuramos indícios de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de forma que a sua vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados.

22. PROVISÕES

A Entidade mantém provisões suficientes para o pagamento de férias, contingências trabalhistas e cíveis como seguem:

Descrição	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2024 Circulante	2024 Não Circulante
Provisão para férias	15.530.771,38	-	14.665.409,26	-
Provisões para contingência trabalhista	4.306.017,76	772.522,30	610.058,36	1.738.753,33
Provisão para cont. judiciais cíveis	618.675,02	110.632,62	185.061,83	50.250,04
Total	20.455.464,16	883.154,92	15.460.529,45	1.789.003,37

a) Provisão para contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas em dezembro de 2025, foram analisados, estimados e classificados individualmente pelos advogados internos da Unidade Jurídica e, baseada na opinião da provável perda dos processos documentada pelos advogados, a administração efetuou a sua provisão integral, cujo montante de R\$ 4.306.017,76 a curto prazo e R\$ 772.522,30 no longo prazo, (R\$ 610.058,36 a curto prazo e R\$ 1.738.753,33 a longo prazo em 2024) foi julgado suficiente para cobrir essas perdas. Quanto à exposição aos riscos dos processos classificados como de perda possível pelos advogados, no montante de R\$ 4.890.325,24 (R\$ 4.837.605,63 em 2024), em atendimento às práticas contábeis a administração realiza apenas a sua divulgação. Os montantes acima, quando aplicável, estão amparados por depósitos judiciais, conforme mencionado na nota 19.

b) Provisão para contingências judiciais cíveis

Além das contingências trabalhistas, o SENAI figura como réu em outros processos judiciais de natureza diversa. Segundo os consultores legais, quanto às possibilidades de perda, em sua opinião, são prováveis os montantes de R\$ 618.675,02 a curto prazo e R\$ 110.632,62 a longo prazo (R\$ 185.061,83 a curto prazo e R\$ 50.250,04 a longo prazo em 2024) cuja provisão integral foi efetuada. Quanto à exposição aos riscos dos processos classificados como de perda possível pelos advogados, no montante de R\$ 196.302,66 em atendimento às práticas contábeis a administração realiza apenas a sua divulgação.

c) Provisão para férias e encargos sobre férias

Os valores são apurados sobre o tempo vencido de acordo com o período aquisitivo de cada funcionário.

23. DEPARTAMENTOS CONTA MOVIMENTO / CONVÊNIO ARRECAÇÃO DIRETA

O saldo da conta departamento conta movimento se refere a 15% do valor dos parcelamentos de arrecadação direta, ainda não recebidos, devido ao DN quando do seu recebimento.

Na conta de convênio de arrecadação direta, são os mesmos 15% sobre os valores arrecadados de valores parcelados em dezembro de 2025 que serão repassados ao DN somente em fevereiro de 2026.

24. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONTRATADOS

Refere-se ao saldo devedor atualizado "*pro rata temporis*" até a data de 31/12/2025 da integralidade dos recursos recebidos do BNDES a título de empréstimo, intermediados pelo Departamento Nacional do SENAI, cujo objeto é o de executar obras de ampliação e modernização de unidades do SENAI, transformando-as em Institutos SENAI de Tecnologia e Institutos SENAI de Inovação, como parte do programa SENAI para a competitividade industrial. Sobre o principal incide juros de 1,4% ao ano + TJLP. A liquidação foi contratada em 144 parcelas mensais e sucessivas com carência de 36 meses a partir do recebimento de cada repasse. O Contrato está coberto por garantias de direitos creditórios sobre as receitas do SENAI estabelecido em "contrato de cessão fiduciária" firmado entre as partes.

A resolução DN 515/2011 instituiu uma parceria entre DN e DRs para a liquidação dos empréstimos recebidos, onde o DR/RS se compromete com a parcela de 49%, enquanto o DN fica com 51% do total da dívida. O valor do principal amortizado no exercício foi de R\$ 11.925.366,90 e os juros e correção monetária de R\$ 3.896.124,28.

Saldo em 31/12/2025 - BNDES Empréstimo por Contrato

DESCRIÇÃO	CONTRATAÇÃO	VIGÊNCIA	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
12.201.521/125	13/04/2012	15/10/2012 a 15/10/2027	1.880.618,77	1.234.783,06
12.201.521/370	03/04/2012	15/06/2013 a 15/06/2028	2.837.452,87	3.572.288,89
12.201.521/320	03/04/2012	15/06/2013 a 15/07/2028	2.158.548,46	2.717.563,61
12.201.521/451	03/04/2012	15/11/2013 a 15/11/2028	472.541,54	772.829,22
12.201.521/680	03/04/2012	15/04/2014 a 15/04/2029	2.450.313,50	4.929.956,72
12.201.521/591	03/04/2012	15/04/2014 a 15/04/2029	132.182,61	265.947,41
12.201.521/869	03/04/2012	15/05/2015 a 15/05/2030	560.370,04	1.675.988,34
12.201.521/028	03/04/2012	15/10/2012 a 15/10/2027	128.802,06	84.569,29
12.201.521/494	03/04/2012	15/05/2013 a 15/05/2028	312.137,76	510.493,05
12.201.521/621	03/04/2012	15/04/2012 a 15/04/2029	478.716,33	963.162,79
12.201.521/893	03/04/2012	15/05/2015 a 15/05/2030	860.483,69	2.573.586,24
TOTAL			12.272.167,63	19.301.168,63
Atualização monetária				2.956.832,95
TOTAL				22.258.001,58

25. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

São valores devidos às entidades do Sistema FIERGS por operações internas como os repasses estatutários e de convênios operacionais firmados elas.

ENTIDADE	2025	2024
FIERGS	684.902,88	649.455,02
SESI	44.004,41	-
IEL	364.972,17	1.015.700,54
TOTAL	1.093.879,46	1.665.155,56

26. CONVÊNIOS E ACORDOS

São valores recebidos de terceiros EMPRAPII, PETROGAL, SEBRAE e empresas para a execução de ações em projetos de inovação, cuja execução ocorrerá em exercícios subsequentes.

27. CONTAS CORRENTES PASSIVAS

São parcelas de contratos educacionais emitidos até a data de 31/12/2025 com vencimentos futuros cujos serviços ainda serão prestados.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo patrimonial

Demonstra-se, no quadro abaixo, a evolução do saldo patrimonial da entidade:

Discriminação	2025	2024
Saldo no início do exercício	404.770.806,01	386.008.928,39
Superávit do exercício	88.485.863,18	18.761.877,62
Saldo no fim do exercício	493.256.669,19	404.770.806,01

29. RECONHECIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

a) Receitas de contribuições

É o registro dos recursos advindos do recolhimento das contribuições compulsórias, direta e indireta, incidentes sobre a folha de pagamento das empresas industriais contribuintes, à razão de 1,0 %. O valor registrado, pelo regime de competência, refere-se a 85% do valor pago, haja vista que 15% ficam a cargo do Departamento Nacional, órgão administrativo de âmbito nacional incumbido de promover, executivamente os objetivos institucionais, nos setores técnico, operacional, econômico, financeiro, orçamentário e contábil da entidade.

b) Receitas Financeiras

São receitas oriundas de juros e correção monetária dos recursos aplicados no mercado financeiro, exclusivamente em bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

c) Receitas de Serviços

Decorre da contraprestação por serviços prestados a clientes nas áreas de atuação do SENAI, exceto àqueles de cunho 100% gratuito por força da sua natureza social.

d) Transferências Correntes

Referem-se a recursos recebidos por convênios firmados com o seu Departamento Nacional e/ou demais entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos voltados a consecução de seus objetivos institucionais.

e) Receitas de Capital

São valores recebidos do Departamento Nacional do SENAI como auxílio para a liquidação das parcelas do empréstimo junto ao BNDES, conforme nota 24.

f) Despesas correntes

São despesas com a folha de pagamentos e seus encargos trabalhistas e assistenciais do pessoal próprio, bem como aquisição de materiais de consumo e a contratação de serviços, aplicados na execução de suas atividades fim e meio, ou seja, gastos necessários à gestão e ao custeio de suas operações, que estão mais bem detalhadas no portal da transparência no site da entidade.

g) Transferências a instituições privadas

São repasses regulamentares para a manutenção da entidade de administração superior a cargo da Federação das Indústrias local (FIERGS), bem como do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) do qual é mantenedor juntamente como SENAI e a FIERGS.

h) Despesas de Capital

Refere-se a aplicação de recursos na aquisição de bens móveis e imóveis, tendo como finalidade o acompanhamento de sua execução orçamentária, haja vista a sua contrapartida em receitas extraorçamentárias com a consequente inscrição e controle em Ativo Permanente Imobilizado, bem como a liquidação das parcelas do empréstimo junto ao BNDES.

30. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

O orçamento e a execução orçamentária do SENAI apresentam-se com as seguintes discriminações e números:

Discriminação	2025	2024
Receita Orçada	482.866.939,69	394.354.429,51
Receita Arrecadada	509.499.638,77	403.613.503,06
Excesso de Arrecadação	26.632.699,08	9.259.073,55
Despesa Autorizada	482.866.939,69	394.354.429,51
Despesa Realizada	482.390.358,14	411.905.446,02
Economia Orçamentária	476.581,55	(17.551.016,51)
Superávit Orçamentário	27.109.280,63	(8.291.942,96)

31. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado do exercício está representado da seguinte forma:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	509.499.638,77	403.613.503,06
Despesas Orçamentárias	482.390.358,14	411.905.446,02
Total	27.109.280,63	(8.291.942,96)
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
Receitas Extra-orçamentárias	107.819.035,49	51.193.766,55
Despesas Extra-orçamentárias	54.458.862,85	34.989.542,01
Total	53.360.172,64	16.204.224,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
Variações Ativas	11.925.366,90	11.687.423,17
Variações Passivas	3.908.956,99	837.827,13
Total	8.016.409,91	10.849.596,04
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	88.485.863,18	18.761.877,62

32. SEGUROS

A administração mantém seguros dos bens patrimoniais das entidades em montantes e modalidades considerados suficientes para a cobertura de eventuais danos e prejuízos, inclusive no que tange à continuidade normal de suas operações e atividades.

33. GRATUIDADE

Em atendimento ao art.º 10 § 2 do regimento do SENAI, o Departamento Regional do Rio Grande do Sul, destinou em 2025 R\$ 220.112.492,54 (R\$ 165.812.007,21 em 2024), para vagas gratuitas, o que corresponde a 79,32% (64,42% em 2024) da receita líquida de contribuição geral.

DESCRIPTIVO	%	2025
Receita de Contribuição Geral (Direta, Indireta, Auxílio Mínimo e Auxílio Especial)		299.985.817,88
Receita Líquida da Contribuição Geral		277.486.881,54
Compromisso de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental	66,66%	184.972.755,23
Recursos aplicados à Gratuidade		220.112.492,54
% Receita Líquida destinada à Gratuidade		79,32%

A apuração está de acordo com a metodologia própria do SENAI, que considera a realização orçamentária (Despesas Correntes e de Capital) e a oferta de vagas gratuitas.

34. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Entidade, como patrocinadora, mantém planos de aposentadoria complementar para seus empregados e dirigentes, nas modalidades de benefício definidas pela SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DO RIO GRANDE DO SUL - INDUSPREVI. As seguintes informações estão apresentadas nos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial dos planos de benefício preparados por especialistas:

- a) O Patrimônio de cobertura do plano totaliza R\$ 293.272.378,19 (R\$ 278.832.261,52 em 2024);
- b) Os planos estão integralmente cobertos por provisões matemáticas que montam R\$ 277.250.125,44 (R\$ 271.163.865,75 em 2024);
- c) Os benefícios concedidos foram de R\$ 197.195.779,47 (R\$ 196.701.300,08 em 2024), e os a conceder são de R\$ 80.054.345,97 (R\$ 66.802.236,97 em 2024);
- d) A contribuição da entidade ao plano montou em R\$ 5.647.205,60 (R\$ 5.119.688,22 em 2024);
- e) A empresa Responsável pela auditoria da Indusprevi é Munick Auditores Independentes.

A caracterização dos recursos garantidores das provisões matemáticas constituídas é representada por: investimentos de renda fixa e investimentos de renda variável, estando a aplicação das reservas técnicas de acordo com a legislação vigente.

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O SENAI/RS mantém uma política de gestão de riscos que está formalizada nos documentos Política e Manual. O primeiro estabelece as diretrizes gerais e o segundo, as etapas para a estruturação, implantação e execução do processo de gestão de riscos. O modelo é compatível com as boas práticas de mercado e sua estrutura é pautada na metodologia COSO-ERM, adaptado, entretanto, às características do ambiente de negócios do SENAI/RS.

O SENAI/RS mantém um Programa de Compliance com a finalidade de promover a interlocução de um conjunto de mecanismos e procedimentos internos, controles, riscos e compliance, transparência, auditoria e ouvidoria, que interagem com outros processos e temas com o propósito de apoiar as ações de modernização e fortalecimento do modelo de governança corporativa.

Mais informações sobre a política de gestão de riscos e compliance da instituição, encontra-se publicado, em capítulo distinto, no seu relatório anual de gestão no portal da transparência.


JAIRO ADRIANI DA COSTA
Contador CRC - 041626/O-8


ANA PAULA WERLANG
Diretora Regional